REGULAMENTO DA REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA RECIMA21- Revista Científica Multidisciplinar – Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia

TÍTULO I

DA IDENTIFICAÇÃO

Art. 1º. Este regulamento disciplina a abertura, editoração, divulgação e avaliação da Revista Científica Eletrônica da Editora RECIMA21 LTDA.

Parágrafo único: A Revista Científica RECIMA21 – é uma publicação eletrônica técnico-científica interdisciplinar e multidisciplinar.

Art. 2º. Áreas do Conhecimento aqui citadas serão identificadas por:

– Ciências da Saúde
– Ciências Sociais Aplicadas
– Ciências Humanas
– Engenharias e Tecnologia
– Ciências Exatas e da Terra

TÍTULO II

DAS ORIENTAÇÕES

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS, MISSÃO E PÚBLICO-ALVO

Art. 3º. A Revista Científica Eletrônica RECIMA21 tem por objetivos:

I. Permitir a disseminação da produção científica da comunidade acadêmica nacional e internacional;
II. Publicação e veiculação de artigos inéditos, pesquisas originais e de revisão, resenhas, relatos de casos, entrevistas e outros relativos às áreas do conhecimento, de autoria da comunidade científica nacional e internacional;
III. Contribuir para o desenvolvimento, disseminação e promoção de intercâmbio e discussões de informações das várias áreas abordadas;
IV. Servir de material de referência em pesquisas e consultas para a vida acadêmica do interessado.
V. Missão: Divulgar a produção intelectual e acadêmica nas áreas de ensino e pesquisa e possibilitar que diferentes profissionais conheçam o trabalho de pesquisadores nacionais e internacionais.
VI. Público-alvo: A revista está voltada a um público amplo de pesquisadores, professores, estudantes, empresários, consultores e outros profissionais, em várias áreas.
VII. Sua publicação é em fluxo contínuo mensal online tendo início no ano de 2020.

VIII. Número mínimo de artigos de cada edição e máximo, dependerá da demanda e oferta acadêmica;

CAPÍTULO II - DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 4º. A Revista Científica Eletrônica RECIMA21 é regida pelo presente regulamento e pelas normas específicas de seu Conselho Editorial e Científico.

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E EDITORIAL

SEÇÃO I – DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º. A organização administrativa e editorial da RECIMA21 é composta por Comitê Executivo, Coordenação de Editoração Institucional, Conselho de Editoração e Divulgação, Conselho Editorial e o Conselho Científico Consultivo.

SEÇÃO II - DO COMITÊ EXECUTIVO:

Art. 6º. O Comitê Executivo da Revista Científica Eletrônica RECIMA21 é composto pelos seus Editores Chefes.

Art. 7º. As atribuições do Comitê Executivo são:

I. Indicar a Coordenação de Editoração Institucional;
II. Aprovar a abertura de novas revistas científicas eletrônicas;
III. Julgar a indicação ou proposição de Editoria;
IV. Ser responsável pela boa gestão financeira e jurídica da revista;
V. Decidir sobre demais situações não previstas neste regulamento.

SEÇÃO III - DA COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO

Art.8º. O Coordenador de Editoração será indicado pelo Comitê Executivo e seu mandato terá duração de três anos, podendo ser reconduzido à função sem limite de mandato.

Art. 9º. O Coordenador de Editoração terá as seguintes atribuições:

I. Articular a revista nos processos de criação, editoração e divulgação;
II. Assessorar o Comitê Executivo nas decisões a ele pertinentes;
III. Encaminhar ao Comitê Executivo decisões que requerem seu parecer ou que não constar deste Regulamento;
IV. Sugerir Editores quando for solicitado;
V. Fazer parte do Conselho Editorial.

SEÇÃO IV - DO CONSELHO DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Art. 10. O Conselho de Editoração e Divulgação é composto pelo Coordenador de Editoração; um Membro que desempenhará a função de revisor de normalização; um

Jornalista representando o produto jornalístico enquanto notícia; um Revisor de Texto e um Membro para atender a Computação Gráfica.

Art. 11. Os membros do Conselho de Editoração e Divulgação serão nomeados pelo Comitê Executivo e seus mandatos terão duração de dois anos, podendo ser reconduzidos às funções sem limite de mandato.

Art. 12. São atribuições do Conselho de Editoração e Divulgação:

I. Identificar possíveis situações que agilizem ou impeçam a editoração e/ou divulgação;
II. Municiar o Coordenador de Editoração Institucional com as informações necessárias para a criação, editoração e divulgação;
III. Cuidar para que a editoração e publicação da revista esteja de acordo com as boas práticas relativas à normalização, revisão ortográfica e gramatical dos textos publicados;
IV. Definir parâmetros para as capas e composição da revista;
V. Operar o OJS – *Open Journal Systems* da Revista, mantendo a divulgação das publicações científicas atualizadas;
VI. Prover suporte técnico no que concerne à customização do sistema específico, mantendo os contatos necessários com o órgão responsável pelo Sistema, o Instituto Brasileiro de Ciências e Tecnologia - IBICT;
VII. Orientar os autores sobre a diagramação e composição gráfica das publicações; trâmites necessários, para a apresentação e envio de trabalhos;
VIII. Divulgar aos autores, as normas e trâmites necessários, para apresentação dos trabalhos;
IX. Propor mudanças que visem o aperfeiçoamento e evolução dos procedimentos relativos à revista, incluindo sugestões de melhoria neste Regulamento;

SEÇÃO V - DO CONSELHO EDITORIAL

Art. 13. O Conselho Editorial será composto pelo Coordenador de editoração e pelo Editor-chefe.

Art. 14. O Editor-chefe será indicado pelo Comitê Executivo e terá seu mandato definido para três anos, podendo ser reconduzido às funções sem limites de mandatos.

§ 1º. O Editor deverá ter a titulação mínima de especialista.

§ 2º. Havendo necessidade, o Editor poderá indicar um ou mais Coeditores e que terão mandatos com duração coincidente ao do Editor, ainda que em curso.

Art. 15. São atribuições do Conselho Editorial:

I. Definir e manter a política editorial da Revista Científica Eletrônica e fixar os critérios para sua execução;
II. Estabelecer e manter atualizadas as normas para a publicação dos textos da Revista Científica Eletrônica sob sua editoração;
III. Propor edições temáticas a serem publicadas;

IV. Acompanhar o processo de edição de cada número da Revista Científica Eletrônica sob sua editoração;
V. Comprometer-se com a periodicidade das publicações;
VI. Propor mudanças, que permitam a melhoria e evolução no conceito “Qualis” da revista sob sua editoração ou neste Regulamento;
VII. Identificar e encaminhar casos omissos para o bom andamento da revista;
VIII. Definir modelo de parecer que será utilizado para avaliação, pelo Conselho Consultivo;
IX. Definir pareceristas para a primeira instancia de avaliação;
X. Indicar pareceristas da Instituição e/ou ad hoc para a avaliação das produções recebidas;
XI. Captar artigos científicos;
XII. Deliberar sobre a oportunidade de encomendar artigos a autores nacionais e /ou estrangeiros;
XIII. Participar de pelo menos uma reunião anual do grupo de conselheiros editores;
XIV. Não cabe ao conselho editorial nenhuma responsabilidade financeira ou jurídica pela revista;
XV. Gerir, quando for o caso, ou buscar fomentos, mediante projeto, apoios financeiros.

SEÇÃO VI - DO CONSELHO CIENTÍFICO CONSULTIVO

Art. 16. O Conselho Científico Consultivo será composto por pessoas com competência técnico-científica e reconhecida nas áreas dos saberes.

Art. 17. Os membros do Conselho Científico Consultivo serão indicados pelos Editores, constituindo-se em corpo específico de conselheiros.

Art. 18. O mandato do Conselho Científico Consultivo será de dois anos, independentemente de quando seus membros foram incorporados ao Conselho, e será reconduzido ao cargo, dependendo da sua vontade e aprovação do comitê executivo.

Parágrafo único: Em caráter excepcional, quando o tema do artigo assim exigir, o Editor da respectiva revista poderá convidar um profissional especialista na área específica de conhecimento exigido, externo à Instituição, para complementar o quadro de pareceristas designado para tal avaliação.

Art. 19. São Atribuições do Conselho Científico Consultivo:

I. Avaliar textos propostos e emitir pareceres de acordo com o que é estabelecido pelo Conselho Editorial da Revista;
II. Operar o OJS – *Open Journal Systems* da Revista, mantendo a divulgação dos pareceres dos trabalhos atualizada;

III. Emitir e enviar parecer acerca da relevância e ineditismo dos trabalhos, bem como à qualidade do material enviado para análise, aprovando o trabalho para publicação, propondo modificações, recomendando ou não sua publicação.

§ 1º. Ao parecerista é reservado o direito de apresentar parecer favorável condicionado à reformulação do artigo ou trabalho congênere, apresentar sugestões para reformulação, bem como o direito de sugerir a edição do texto reformulado, desde que as eventuais alterações não afetem o conteúdo.

§ 2º. Os pareceristas deverão apresentar uma avaliação crítica dos artigos ou trabalhos congêneres, relevando a importância deles. Caso o parecerista indicar por reformulações num determinado trabalho, estas deverão ser apontadas com destaque de parágrafos e/ou páginas, conforme o caso.

§ 3º. Caso o artigo ou trabalhos congêneres tenha, por um parecerista, um parecer contrário, portanto desfavorável à sua publicação, caberá ao Conselho Editorial o envio do material a um terceiro parecerista.

TÍTULO III – DA ORIENTAÇÃO EDITORIAL E DA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PERIÓDICOS

CAPÍTULO I- DA ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Art. 20. A admissibilidade de um trabalho será feita com base nos quesitos de originalidade na abordagem do tema, relevância do conteúdo técnico-científico para a área destinada, a significância e a contribuição científica que o artigo comporta, a clareza e qualidade da redação, adequação do referencial teórico utilizado, além de adequações às normas estabelecidas neste Regulamento.

Parágrafo único: Em caráter excepcional e por deliberação do Conselho Editorial, serão aceitos trabalhos já publicados, desde que sejam de suma importância para a edição correspondente.

Art. 21. Todos os artigos encaminhados para apreciação e avaliação não terão identificações de autoria pessoal, quer para os pareceristas, quer destes para os autores.

Art. 22. A garantia do sigilo, pela autoria do artigo em trâmite e pela análise dos pareceristas é de responsabilidade do Corpo Editorial, assim entendido, Coordenador de Editoração Institucional, Conselho de Editoração e Divulgação e o Conselho Editorial.

Art. 23. O parecer sempre será expresso em: ACEITAR – quando favorável integralmente se sem restrições; CORREÇÕES OBRIGATÓRIAS – quando requer correções condicionais para a sua publicação; SUBMETER NOVAMENTE – quando as correções assim exigir e que, necessariamente, deva ser submetida à nova avaliação no lugar da submissão original; ENVIAR PARA OUTRA REVISTA – Este parecer equivale ao parecer “REJEITAR”; contudo, por sugestão do parecerista,

poderá ser enviado para outras revistas; e, REJEITAR – neste caso existe total recusa do texto apresentado.

§ 1º. Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação aos respectivos autores. Nestes casos, o Conselho Editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles propostas não atendam às solicitações feitas pelos pareceristas.

§ 2º. Trabalhos que receberem pareceres desfavoráveis à publicação, não caberão nenhum tipo de recurso, pelos seus proponentes.

Art.24. A Revista Científica Multidisciplinar RECIMA21 adota princípios rigorosos de ética, transparência e integridade científica, alinhados às boas práticas internacionais de publicação acadêmica. Todos os autores, avaliadores e editores devem observar padrões de conduta baseados na honestidade intelectual, responsabilidade acadêmica e respeito às normas éticas vigentes.

§ 1º. A revista mantém política ativa de prevenção ao plágio e ao autoplágio, utilizando ferramentas de verificação de similaridade e exigindo originalidade dos manuscritos submetidos. Trabalhos que apresentem reprodução indevida de conteúdo ou violação de direitos autorais serão rejeitados ou, se já publicados, poderão ser retratados. Conflitos de interesse devem ser declarados por autores, pareceristas e editores sempre que existirem relações pessoais, institucionais ou financeiras que possam influenciar a avaliação ou interpretação dos resultados. A transparência dessas informações é condição para a publicação.

§ 2º. A política de retratação prevê a correção, expressão de preocupação ou retirada de artigos quando forem identificados erros relevantes, inconsistências metodológicas, má conduta científica ou informações que comprometam a confiabilidade do conteúdo publicado.

§ 3º. Os artigos são publicados em regime de acesso aberto, mediante licença de uso que permite leitura, download e compartilhamento, desde que citada a fonte e preservada a integridade da obra. Os autores mantêm os direitos autorais, concedendo à revista o direito de primeira publicação.

§ 4º. A RECIMA21 permite o uso de ferramentas de inteligência artificial como apoio à pesquisa e à redação científica, desde que seu uso seja declarado de forma transparente pelos autores, permanecendo estes integralmente responsáveis pelo conteúdo, pela veracidade dos dados e pela originalidade do trabalho.

§ 5. Para garantir a permanência e segurança do conteúdo científico, a revista adota políticas de preservação digital e arquivamento, assegurando a integridade, rastreabilidade e disponibilidade contínua dos artigos publicados.

SEÇÃO I - DA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PERIÓDICOS

Art. 25. A criação de um novo periódico científico será aceita, considerando a demanda de produção da Instituição para a área solicitante.

Art. 26. A solicitação deverá ser encaminhada pelo proponente, mediante projeto que conste, Título, Área ou áreas de abrangência, Objetivos, Editor ou possíveis editores

além da propositura assumir a efetivação de cinco trabalhos para serem publicados no mínimo.

Art. 27. Serão considerados como requisitos básicos para a manutenção do periódico:

§ 1º. Publicar mais de 50% (cinquenta por cento) de artigos científicos e/ou técnico-científicos, gerados a partir de pesquisas originais, não divulgadas em outras revistas;

§ 2º. Possuir abrangência nacional e internacional quanto a colaboradores, corpo editorial e conselho científico consultivo;

SEÇÃO II - DA CARACTERIZAÇÃO DE CONTEÚDO E PERIODICIDADE

Art. 28. São características de conteúdo e da periodicidade da revista:

I. Ter atribuição de ISSN – *International Standard Serial Numbe*r;
II. Adotar padrões de normalização nacionais ou internacionais (ABNT e Vancouver ou órgão normalizador similar) que assegurem consistência editorial, tais como: referências bibliográficas, citações bibliográficas, resumo, descritores, dados de afiliação, dentre outros;
III. Publicação em formato eletrônico, *online*, mediante hospedagem;
IV. Ter o acesso irrestrito para as publicações, seguindo o princípio de que disponibilizar o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento;
V. Permitir a reprodução total ou parcial dos conteúdos, desde que citada a fonte;
VI. Manter periodicidade regular, com publicação de eventuais números especiais ou suplementos, com a finalidade de contemplar anais de eventos técnico-científicos, área objeto de pesquisa ou outra situação que assim o exija, de acordo com decisão do Conselho Editorial.
VII. Buscar a heterogeneidade dos assuntos pesquisados nas áreas do conhecimento, sendo a política editorial aberta às diversas correntes de pensamento da comunidade educacional e científica;
VIII. Publicação eventual de artigos redigidos em mais de um idioma, além do idioma português;
IX. Incentivar e buscar artigos de autores externos a Instituição, seguindo as diretrizes da CAPES no sentido de que exista o menor número possível de artigos publicados de autoria da própria Instituição;
X. A publicação de artigos na revista, não implicará em remuneração aos autores, pareceristas e aos membros do corpo editorial, constituindo-se em trabalho eminentemente voluntário, mas podendo ser remunerada suas funções a partir do momento que a Revista tenha possibilidade de remunerar tais funções;
XI. Serão resguardados os direitos autorais conforme a legislação brasileira em vigor;
XII. Admite-se a publicação de serviços, produtos ou instituições, desde que sejam compatíveis com os princípios e finalidades da Revista e que seja aprovada pelo Conselho Editorial.

SEÇÃO III - DAS CARACTERÍSTICAS DO EXPEDIENTE DA REVISTA

Art. 29. Constarão do Expediente da revista:

I. Título da Revista;
II. ISSN, ficha catalográfica;
III. Corpo Diretivo
IV. Corpo Editorial da respectiva Revista Científica Eletrônica;
V. Endereço sede da Editoria
VI. Autor da Capa;
VII. Revisor responsável;
VIII. Bibliotecário;
IX. Responsável pela Diagramação e
X. Jornalista responsável

SEÇÃO IV - DAS SEÇÕES EDITORIAIS

Art. 30. A revista terá seus conteúdos apresentados nas seguintes seções editoriais:

I. *Editorial:* matéria de responsabilidade do Editor, podendo este convidar autoridades nacionais ou internacionais para escrevê-lo;
II. *Pesquisa Original:* espaço dedicado à publicação de trabalhos conclusos ou com conclusões parciais sob a forma de artigo, resultantes de pesquisas originais ou de revisão. Os artigos serão inéditos em periódicos de qualquer espécie, bem como em capítulos de livros (publicados ou no prelo). O autor responderá civil e criminalmente pela inautenticidade do trabalho encaminhado, ficando o Conselho Editorial autorizado a retirar a matéria quando assim for detectado. Os artigos devem corresponder às áreas temáticas das revistas;
III. *Resenha:* é o trabalho narrativo, descritivo ou dissertativo, no qual se descreve as propriedades de determinada obra, resume-se e apresenta-se sua conclusão, sua metodologia, expõe-se o referencial teórico do autor, apresenta-se uma avaliação da obra, indica-se o público-alvo. Deve ser sintética, interpretativa e crítica. Trata-se de um resumo crítico de obras nas áreas de conhecimento das RCE;
IV. *Entrevista:* espaço para a publicação de opiniões e/ou declarações de profissionais nas áreas de conhecimento das Revistas que envolvam questões pertinentes, formuladas de maneira sucinta e resposta restrita à pergunta formulada, com a indicação da pessoa entrevistada, titulação e resumo das atividades profissionais;
V. *Relato:* é descrição de uma experiência ou da execução de um serviço:
    a. *Relatos de pesquisa:* investigação baseada em dados empíricos, utilizando metodologia científica;
    b. *Relatos de casos clínicos:* estudos de casos contendo análise das implicações conceituais ou descrição de procedimentos com estratégias de intervenção, evidência metodológica apropriada de avaliação da eficácia, de interesse dos profissionais da área da saúde.
VI. *Estudos teóricos:* é a análise de conteúdos teóricos, levando em consideração os questionamentos dos modelos existentes e à elaboração de hipóteses para futuras pesquisas. Especificações gerais idênticas às dos relatos de pesquisa;

VII. *Revisão bibliográfica:* análise abrangente de literatura sobre um assunto de interesse para as áreas de conhecimento das Revistas.

Parágrafo Único – O Conselho Editorial poderá criar outras seções, se assim julgar necessário.

SEÇÃO V - DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS AOS AUTORES E DO ENCAMINHAMENTO DAS COLABORAÇÕES

Art. 31. O encaminhamento das colaborações pelos autores, deverá atentar para as seguintes instruções e orientações:

I. Os trabalhos publicados pela Revista Científica Eletrônica devem primar pela seriedade de propósitos e veracidade dos fatos apresentados, revelarem senso crítico e ético apurado, contribuir para o desenvolvimento da ciência e do saber da sociedade;

II. Todo trabalho deve conter dados do (s) autor (es): nome completo, título acadêmico, afiliação profissional e e-mail e sua submissão deve seguir as-diretrizes para autores- normas de publicação disponíveis no sítio da revista;

III. Será permitido à participação de até 5 (cinco) autores em um mesmo trabalho, entretanto será aceito trabalhos com mais autores desde que seja justificado na submissão do artigo. No caso de trabalho com mais de um autor deverá ser inserido no sistema os dados de coautoria, certificando a participação efetiva de todos;

IV. A publicação de um artigo implica, automaticamente, a cessão integral dos direitos de publicação e direito de propriedade permanente para a respectiva Revista, devendo o autor subscrever e encaminhar, previamente à publicação, a Declaração de Exclusividade nesse sentido, disponível no sistema;

V. Todos os trabalhos que envolvam estudos com seres humanos, incluindo-se órgão e/ou tecidos isoladamente, bem como prontuários clínicos ou resultados de exames clínicos, deverão estar de acordo com a **Resolução CNS 466/2012** e complementares que tratam das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, devendo ter o consentimento, nestes casos por escrito, do paciente envolvido, além da aprovação pelo Comitê de Ética e Bioética de Pesquisa da Instituição, ou do serviço ou indicação de adequação às determinações constantes na Declaração de Helsinki.

VI. As colaborações para publicação na revista podem ser enviadas a qualquer tempo;

VII. O colaborador poderá publicar, no máximo, dois artigos em um mesmo número (edição) da Revista Científica Eletrônica;

VIII. Todos os trabalhos publicados representam a opinião dos autores e não refletem a política dos editores chefes; da sua diretoria; do corpo editorial; e da Instituição à qual o autor é filiado, a menos que seja declarado e documentado.

IX. A avaliação do mérito dos trabalhos encaminhados para publicação deve atender às orientações emanadas do Conselho Editorial.

X. A submissão, avaliação e publicação de artigos e demais contribuições científicas poderão estar sujeitas à cobrança de taxa editorial, destinada à cobertura dos custos operacionais, administrativos e de manutenção do periódico. A fixação dos valores, bem como sua forma de aplicação, competirá à Direção Editorial, podendo variar conforme a natureza da edição, observados os princípios da transparência, razoabilidade e sustentabilidade financeira da revista.

CAPÍTULO II - DA AVALIAÇÃO

Art. 32. Os textos enviados a revista serão submetidos a, pelo menos, dois pareceristas designados pelo Conselho Editorial da revista de submissão;

Parágrafo único - As resenhas serão avaliadas pelos membros do Conselho Editorial, exceto quando tiverem como foco livros que tratam de assuntos demasiadamente específicos. Nesses casos, elas poderão ser avaliadas por professor membro do Conselho Científico Consultivo que tenha conhecimento e/ou familiaridade com o tema.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

Art. 33. A Coordenadoria de Editoração e Divulgação da revista tornará público o lançamento das edições.

Art. 34. A divulgação dos periódicos científicos institucionais na *web* será feita por meio da inclusão da capa da revista.

CAPÍTULO II - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. Os casos omissos deste Regulamento serão atribuições do Comitê Executivo, ouvindo a Coordenação de Editoração Institucional.

Art. 36. É vedada a reprodução dos artigos publicados na revista em outras publicações, ou sua tradução para outro idioma, sem a autorização, por escrito, do Conselho Editorial.

Art. 37. O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Editorial, que é composto pelos seus Editores Chefes Responsáveis, revogando-se disposições em contrário.

EDITORES CHEFES RESPONSÁVEIS

PROF. DR. MARCIO MAGERA CONCEIÇÃO PhD

PROFA. MA. JOELMA TELESI PACHECO CONCEIÇÃO

REGULATIONS OF THE RECIMA21 ELECTRONIC SCIENTIFIC JOURNAL – Multidisciplinary Scientific Journal – Exact and Earth Sciences, Social Sciences, Health Sciences, Humanities, and Engineering/Technology

TITLE I - IDENTIFICATION

Art. 1. These regulations govern the establishment, editorial management, dissemination, and evaluation of the Electronic Scientific Journal of RECIMA21 LTDA Publishing House.

Sole paragraph: The RECIMA21 Scientific Journal is an interdisciplinary and multidisciplinary technical-scientific electronic publication.

Art. 2. The Areas of Knowledge referred to herein shall be identified as:

– Health Sciences

– Applied Social Sciences

– Humanities

– Engineering and Technology

– Exact and Earth Sciences

TITLE II - GUIDELINES

CHAPTER I - OBJECTIVES, MISSION, AND TARGET AUDIENCE

Art. 3. The RECIMA21 Electronic Scientific Journal has the following objectives:

I. To enable the dissemination of scientific production from the national and international academic community;

II. The publication and dissemination of unpublished articles, original and review research, book reviews, case reports, interviews, and other works related to the areas of knowledge, authored by the national and international scientific community;

III. To contribute to the development, dissemination, and promotion of exchanges and discussions of information in the various areas covered;

IV. To serve as reference material for research and consultations for the interested party's academic life.

V. Mission: To disseminate intellectual and academic production in the areas of teaching and research and to enable different professionals to become familiar with the work of national and international researchers.

VI. Target audience: The journal is aimed at a broad audience of researchers, professors, students, entrepreneurs, consultants, and other professionals in various areas.

VII. Its publication is continuous, monthly, and online, having begun in the year 2020.

VIII. The minimum and maximum number of articles in each issue will depend on academic demand and supply;

CHAPTER II - REGULATION

Art. 4. The RECIMA21 Electronic Scientific Journal is governed by these regulations and by the specific rules of its Editorial and Scientific Board.

CHAPTER III - ADMINISTRATIVE AND EDITORIAL ORGANIZATION

SECTION I – COMPOSITION

Art. 5. The administrative and editorial organization of RECIMA21 is composed of the Executive Committee, Institutional Editorial Coordination, Editorial and Dissemination Board, Editorial Board, and the Scientific Advisory Board.

SECTION II - EXECUTIVE COMMITTEE:

Art. 6. The Executive Committee of the RECIMA21 Electronic Scientific Journal is composed of its Editors-in-Chief.

Art. 7. The duties of the Executive Committee are:

I. To appoint the Institutional Editorial Coordination;

II. To approve the establishment of new electronic scientific journals;

III. To review the appointment or proposal of an Editorial Office/Editor;

IV. To be responsible for the proper financial and legal management of the journal;

V. To decide on other matters not provided for in these regulations.

SECTION III - EDITORIAL COORDINATION

Art. 8. The Editorial Coordinator shall be appointed by the Executive Committee and shall serve a three-year term, and may be reappointed with no limit on terms.

Art. 9. The Editorial Coordinator shall have the following duties:

I. To coordinate the journal in the processes of creation, editing, and dissemination;

II. To advise the Executive Committee in decisions pertaining to it;

III. To submit to the Executive Committee decisions that require its opinion or that are not provided for in these Regulations;

IV. To suggest Editors when requested;

V. To be part of the Editorial Board.

SECTION IV - EDITORIAL AND DISSEMINATION BOARD

Art. 10. The Editorial and Dissemination Board is composed of the Editorial Coordinator; a member who will perform the role of standards/formatting reviewer; a Journalist representing the journalistic product as news; a Text Reviewer; and a member responsible for Graphic Design.

Art. 11. The members of the Editorial and Dissemination Board shall be appointed by the Executive Committee and shall serve two-year terms, and may be reappointed with no limit on terms.

Art. 12. The duties of the Editorial and Dissemination Board are:

I. To identify possible situations that may speed up or hinder editing and/or dissemination;

II. To provide the Institutional Editorial Coordinator with the necessary information for creation, editing, and dissemination;

III. To ensure that the editing and publication of the journal comply with good practices regarding standardization, orthographic and grammatical review of published texts;

IV. To define parameters for covers and the composition of the journal;

V. To operate the journal's OJS – Open Journal Systems, keeping the dissemination of scientific publications up to date;

VI. To provide technical support regarding customization of the specific system, maintaining the necessary contacts with the body responsible for the System, the Brazilian Institute of Science and Technology – IBICT;

VII. To guide authors regarding layout and graphic composition of publications and the procedures required for the presentation and submission of works;

VIII. To inform authors of the rules and procedures required for the presentation of works;

IX. To propose changes aimed at improving and evolving procedures related to the journal, including suggestions for improvement in these Regulations;

SECTION V - EDITORIAL BOARD

Art. 13. The Editorial Board shall be composed of the Editorial Coordinator and the Editor-in-Chief.

Art. 14. The Editor-in-Chief shall be appointed by the Executive Committee and shall have a term of three years, and may be reappointed with no limit on terms.

§ 1. The Editor must hold at least a specialist degree.

§ 2. If necessary, the Editor may appoint one or more Co-Editors, whose terms shall coincide with that of the Editor, even if already in progress.

Art. 15. The duties of the Editorial Board are:

I. To define and maintain the editorial policy of the Electronic Scientific Journal and set the criteria for its implementation;

II. To establish and keep updated the rules for the publication of texts of the Electronic Scientific Journal under its editorial management;

III. To propose thematic issues to be published;

IV. To monitor the editing process of each issue of the Electronic Scientific Journal under its editorial management;

V. To commit to the periodicity of publications;

VI. To propose changes that allow improvement and evolution in the journal's "Qualis" classification under its editorial management or in these Regulations;

VII. To identify and forward omitted cases for the proper functioning of the journal;

VIII. To define the review form/model to be used for evaluation by the Advisory Board;

IX. To define reviewers for the first stage of evaluation;

X. To indicate institutional and/or ad hoc reviewers for the evaluation of submissions received;

XI. To solicit scientific articles;

XII. To deliberate on the opportunity to commission articles from national and/or foreign authors;

XIII. To participate in at least one annual meeting of the group of editor-council members;

XIV. The Editorial Board bears no financial or legal responsibility for the journal;

XV. To manage, when applicable, or seek funding, through projects, financial support.

SECTION VI - SCIENTIFIC ADVISORY BOARD

Art. 16. The Scientific Advisory Board shall be composed of individuals with recognized technical-scientific competence in the areas of knowledge.

Art. 17. The members of the Scientific Advisory Board shall be appointed by the Editors, forming a specific body of advisors.

Art. 18. The term of the Scientific Advisory Board shall be two years, regardless of when its members were incorporated into the Board, and reappointment shall depend on their willingness and the approval of the Executive Committee.

Sole paragraph: Exceptionally, when the topic of an article so requires, the Editor of the respective journal may invite an external specialist professional in the specific required area of knowledge, outside the Institution, to complement the panel of reviewers assigned for such evaluation.

Art. 19. The duties of the Scientific Advisory Board are:

I. To evaluate proposed texts and issue opinions in accordance with what is established by the Journal's Editorial Board;

II. To operate the journal's OJS – Open Journal Systems, keeping the disclosure of review reports up to date;

III. To issue and submit an opinion on the relevance and originality of the works, as well as on the quality of the material submitted for analysis, approving the work for publication, proposing modifications, and recommending or not its publication.

§ 1. The reviewer has the right to issue a favorable opinion conditional upon the revision of the article or similar work, to present suggestions for revision, as well as the right to suggest editing of the revised text, provided that any changes do not affect the content.

§ 2. Reviewers shall provide a critical assessment of articles or similar works, highlighting their importance. If the reviewer indicates that revisions are required in a given work, they must be pointed out with highlighted paragraphs and/or pages, as applicable.

§ 3. If an article or similar work receives a negative opinion from a reviewer, therefore unfavorable to publication, the Editorial Board shall send the material to a third reviewer.

TITLE III – EDITORIAL GUIDELANCE AND THE CREATION AND MAINTENANCE OF PERIODICALS

CHAPTER I - EDITORIAL GUIDANCE

Art. 20. The admissibility of a work shall be based on originality in the approach to the topic, relevance of the technical-scientific content for the intended area, significance and scientific contribution, clarity and quality of writing, adequacy of the theoretical framework used, as well as compliance with the standards established in these Regulations.

Sole paragraph: Exceptionally, and by deliberation of the Editorial Board, previously published works may be accepted, provided that they are of utmost importance to the corresponding issue.

Art. 21. All articles forwarded for appraisal and evaluation shall not contain personal authorship identification, whether for reviewers or from reviewers to authors.

Art. 22. Ensuring confidentiality regarding the authorship of the article in process and the reviewers' analysis is the responsibility of the Editorial Body, understood as the Institutional Editorial Coordinator, the Editorial and Dissemination Board, and the Editorial Board.

Art. 23. The decision shall always be expressed as: ACCEPT – when fully favorable and without restrictions; MANDATORY CORRECTIONS – when conditional corrections are required for publication; RESUBMIT – when corrections so require and the work must necessarily be submitted for a new evaluation in place of the original submission; SEND TO ANOTHER JOURNAL – this decision is equivalent to "REJECT"; however, upon the reviewer's suggestion, it may be sent to other journals; and REJECT – in this case there is total refusal of the submitted text.

§ 1. Articles approved with restrictions shall be returned to the respective authors for revision. In such cases, the Editorial Board reserves the right to refuse the article if the proposed changes do not meet the reviewers' requests.

§ 2. Works that receive unfavorable opinions for publication shall not be subject to any type of appeal by their proponents.

Art. 24. The RECIMA21 Multidisciplinary Scientific Journal adopts strict principles of ethics, transparency, and scientific integrity, aligned with international best practices in academic publishing. All authors, reviewers, and editors must observe standards of conduct based on intellectual honesty, academic responsibility, and compliance with applicable ethical standards.

§ 1. The journal maintains an active policy to prevent plagiarism and self-plagiarism, using similarity-checking tools and requiring originality of submitted manuscripts. Works that present improper reproduction of content or violation of copyrights shall be rejected or, if already published, may be retracted.

Conflicts of interest must be declared by authors, reviewers, and editors whenever there are personal, institutional, or financial relationships that may influence the evaluation or interpretation of results. Transparency of such information is a condition for publication.

§ 2. The retraction policy provides for the correction, expression of concern, or withdrawal of articles when relevant errors, methodological inconsistencies, scientific misconduct, or information that compromises the reliability of the published content are identified.

§ 3. Articles are published under an open access regime, under a use license that allows reading, downloading, and sharing, provided the source is cited and the integrity of the work is preserved. Authors retain copyright, granting the journal the right of first publication.

§ 4. RECIMA21 allows the use of artificial intelligence tools as support for research and scientific writing, provided that such use is transparently declared by the authors, who remain fully responsible for the content, the accuracy of the data, and the originality of the work.

§ 5. To ensure the permanence and security of scientific content, the journal adopts digital preservation and archiving policies, ensuring the integrity, traceability, and continuous availability of published articles.

SECTION I - CREATION AND MAINTENANCE OF PERIODICALS

Art. 25. The creation of a new scientific periodical shall be accepted, considering the Institution's production demand for the requested area.

Art. 26. The request must be submitted by the proponent, through a project including Title, Area(s) of coverage, Objectives, Editor or possible editors, and the proponent's commitment to provide at least five works to be published.

Art. 27. The following shall be considered basic requirements for maintaining the periodical:

§ 1. To publish more than 50% (fifty percent) of scientific and/or technical-scientific articles generated from original research not disclosed in other journals;

§ 2. To have national and international scope regarding collaborators, editorial staff, and the scientific advisory board;

SECTION II - CONTENT CHARACTERISTICS AND PERIODICITY

Art. 28. The journal's content and periodicity characteristics are:

I. To have an assigned ISSN – International Standard Serial Number;

II. To adopt national or international standardization patterns (ABNT and Vancouver or similar standardizing body) that ensure editorial consistency, such as: bibliographic references, bibliographic citations, abstract, descriptors/keywords, affiliation data, among others;

III. Electronic, online publication through hosting;

IV. Unrestricted access to publications, following the principle that making scientific knowledge available to the public provides greater democratization of knowledge;

V. To allow total or partial reproduction of contents, provided that the source is cited;

VI. To maintain regular periodicity, with the publication of possible special issues or supplements, with the purpose of including proceedings of technical-scientific events, the research area, or other situations as required, according to a decision by the Editorial Board.

VII. To seek heterogeneity of subjects researched within the areas of knowledge, with an editorial policy open to different currents of thought in the educational and scientific community;

VIII. Eventual publication of articles written in more than one language, in addition to Portuguese;

IX. To encourage and seek articles by authors external to the Institution, following CAPES guidelines so that the smallest possible number of articles authored by the Institution itself is published;

X. Publication of articles in the journal shall not imply remuneration to authors, reviewers, and members of the editorial body, constituting essentially voluntary work, but their functions may be remunerated once the Journal is able to remunerate such functions;

XI. Copyright shall be safeguarded in accordance with Brazilian legislation in force;

XII. The publication of services, products, or institutions is admitted, provided they are compatible with the principles and purposes of the Journal and are approved by the Editorial Board.

SECTION III - CHARACTERISTICS OF THE JOURNAL'S MASTHEAD (EXPEDIENT)

Art. 29. The journal's masthead shall include:

I. Journal title;

II. ISSN, cataloging-in-publication data;

III. Governing Board;

IV. Editorial Board of the respective Electronic Scientific Journal;

V. Address of the Publishing House headquarters;

VI. Cover author;

VII. Responsible proofreader/editor;

VIII. Librarian;

IX. Person responsible for layout; and

X. Responsible journalist.

SECTION IV - EDITORIAL SECTIONS

Art. 30. The journal shall present its contents in the following editorial sections:

I. Editorial: content under the responsibility of the Editor, who may invite national or international authorities to write it;

II. Original Research: space dedicated to the publication of completed works or works with partial conclusions in article form, resulting from original research or reviews. Articles shall be unpublished in journals of any kind, as well as in book chapters (published or in press). The author shall be civilly and criminally liable for inauthenticity of the submitted work, and the Editorial Board is authorized to remove the content when such is detected. Articles must correspond to the journals' thematic areas;

III. Review: a narrative, descriptive, or discursive work describing the properties of a given work, summarizing and presenting its conclusions and methodology, presenting the author's theoretical framework, providing an evaluation of the work, and indicating the target audience. It must be concise, interpretive, and critical. It is a critical summary of works in the areas of knowledge of the electronic scientific journals;

IV. Interview: space for publishing opinions and/or statements by professionals in the areas of knowledge of the Journals involving relevant issues, formulated succinctly with answers restricted to the question asked, including identification of the interviewee, academic degree, and a summary of professional activities;

V. Report: description of an experience or execution of a service:

a. Research reports: investigation based on empirical data using scientific methodology;

b. Clinical case reports: case studies containing analysis of conceptual implications or description of procedures with intervention strategies, appropriate methodological evidence for evaluating effectiveness, of interest to health professionals.

VI. Theoretical studies: analysis of theoretical content, considering questions of existing models and the development of hypotheses for future research. General specifications identical to those of research reports;

VII. Literature review: comprehensive analysis of literature on a topic of interest to the areas of knowledge of the Journals.

Sole paragraph – The Editorial Board may create other sections if it deems necessary.

SECTION V - NORMATIVE INSTRUCTIONS TO AUTHORS AND SUBMISSION OF CONTRIBUTIONS

Art. 31. The submission of contributions by authors must observe the following instructions and guidelines:

I. Works published by the Electronic Scientific Journal must be committed to seriousness of purpose and truthfulness of the facts presented, demonstrate critical and ethical judgment, and contribute to the development of science and society's knowledge;

II. Every work must contain author data: full name, academic degree, professional affiliation, and e-mail, and submission must follow the author guidelines/publication standards available on the journal's website;

III. The participation of up to 5 (five) authors in the same work shall be permitted; however, works with more authors shall be accepted provided that this is justified at the time of submission. In the case of more than one author, co-authorship data must be entered into the system, certifying the effective participation of all;

IV. Publication of an article automatically implies the full assignment of publication rights and permanent ownership rights to the respective Journal, and the author must sign and submit, prior to publication, the Exclusivity Declaration to that effect, available in the system;

V. All works involving studies with human beings, including organs and/or tissues in isolation, as well as clinical records or clinical test results, must comply with CNS Resolution 466/2012 and related regulations, which establish the Guidelines and Regulatory Standards for Research Involving Human Beings, and must have, in such cases, the patient's written consent, in addition to approval by the Institution's Research Ethics and Bioethics Committee, or the service, or indication of compliance with the determinations contained in the Declaration of Helsinki.

VI. Contributions for publication in the journal may be submitted at any time;

VII. A contributor may publish a maximum of two articles in the same issue (edition) of the Electronic Scientific Journal;

VIII. All published works represent the authors' opinions and do not reflect the policy of the Editors-in-Chief, its board of directors, the editorial staff, and the Institution to which the author is affiliated, unless declared and documented.

IX. The assessment of the merit of works submitted for publication must comply with the guidelines issued by the Editorial Board.

X. The submission, review, and publication of articles and other scientific contributions may be subject to an editorial fee intended to cover operational, administrative, and maintenance costs of the periodical. The establishment of amounts and their form of application shall be determined by the Editorial Management, and may vary according to the nature of the issue, observing the principles of transparency, reasonableness, and the journal's financial sustainability.

CHAPTER II - EVALUATION

Art. 32. Texts submitted to the journal shall be forwarded to at least two reviewers appointed by the Editorial Board of the journal of submission;

Sole paragraph – Reviews (book reviews) shall be evaluated by members of the Editorial Board, except when they focus on books dealing with highly specific matters. In such cases, they may be evaluated by a faculty member of the Scientific Advisory Board who has knowledge and/or familiarity with the topic.

TITLE IV – GENERAL PROVISIONS

CHAPTER I - DISSEMINATION POLICY

Art. 33. The journal's Editorial and Dissemination Coordination shall publicize the release of issues.

Art. 34. The dissemination of institutional scientific periodicals on the web shall be carried out by including the journal cover.

CHAPTER II - GENERAL PROVISIONS

Art. 35. Any matters omitted from these Regulations shall be decided by the Executive Committee, after hearing the Institutional Editorial Coordination.

Art. 36. Reproduction of articles published in the journal in other publications, or their translation into another language, is prohibited without the prior written authorization of the Editorial Board.

Art. 37. These Regulations shall enter into force on the date of their approval by the Editorial Board, which is composed of the Editors-in-Chief responsible, revoking any provisions to the contrary.

EDITORS-IN-CHIEF RESPONSIBLE

PROF. DR. MARCIO MAGERA CONCEIÇÃO PhD

PROFA. MA. JOELMA TELESI PACHECO CONCEIÇÃO

REGLAMENTO DE LA REVISTA CIENTÍFICA ELECTRÓNICA RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinaria – Ciencias Exactas y de la Tierra, Sociales, de la Salud, Humanas e Ingeniería/Tecnología

TÍTULO I

DE LA IDENTIFICACIÓN

Art. 1º. El presente reglamento regula la apertura, edición, divulgación y evaluación de la Revista Científica Electrónica de la Editorial RECIMA21 LTDA.

Párrafo único: La Revista Científica RECIMA21 es una publicación electrónica técnico-científica interdisciplinaria y multidisciplinaria.

Art. 2º. Las Áreas del Conocimiento aquí citadas serán identificadas por:

– Ciencias de la Salud

– Ciencias Sociales Aplicadas

– Ciencias Humanas

– Ingenierías y Tecnología

– Ciencias Exactas y de la Tierra

TÍTULO II

DE LAS ORIENTACIONES

CAPÍTULO I

DE LOS OBJETIVOS, MISIÓN Y PÚBLICO OBJETIVO

Art. 3º. La Revista Científica Electrónica RECIMA21 tiene por objetivos:

I. Permitir la difusión de la producción científica de la comunidad académica nacional e internacional;

II. Publicación y divulgación de artículos inéditos, investigaciones originales y de revisión, reseñas, relatos de casos, entrevistas y otros relativos a las áreas del conocimiento, de autoría de la comunidad científica nacional e internacional;

III. Contribuir al desarrollo, difusión y promoción del intercambio y de discusiones de información de las diversas áreas abordadas;

IV. Servir como material de referencia en investigaciones y consultas para la vida académica del interesado.

V. Misión: Divulgar la producción intelectual y académica en las áreas de enseñanza e investigación y posibilitar que diferentes profesionales conozcan el trabajo de investigadores nacionales e internacionales.

VI. Público objetivo: La revista está dirigida a un público amplio de investigadores, profesores, estudiantes, empresarios, consultores y otros profesionales, en diversas áreas.

VII. Su publicación es en flujo continuo mensual en línea, teniendo inicio en el año 2020.

VIII. El número mínimo y máximo de artículos de cada edición dependerá de la demanda y de la oferta académica;

CAPÍTULO II

DE LA REGULAMENTACIÓN

Art. 4º. La Revista Científica Electrónica RECIMA21 se rige por el presente reglamento y por las normas específicas de su Consejo Editorial y Científico.

CAPÍTULO III

DE LA ORGANIZACIÓN ADMINISTRATIVA Y EDITORIAL

SECCIÓN I – DE LA COMPOSICIÓN

Art. 5º. La organización administrativa y editorial de RECIMA21 está compuesta por el Comité Ejecutivo, la Coordinación de Edición Institucional, el Consejo de Edición y Divulgación, el Consejo Editorial y el Consejo Científico Consultivo.

SECCIÓN II

DEL COMITÉ EJECUTIVO:

Art. 6º. El Comité Ejecutivo de la Revista Científica Electrónica RECIMA21 está compuesto por sus Editores Jefes.

Art. 7º. Las atribuciones del Comité Ejecutivo son:

I. Indicar la Coordinación de Edición Institucional;

II. Aprobar la apertura de nuevas revistas científicas electrónicas;

III. Juzgar la indicación o proposición de Editoría;

IV. Ser responsable por la buena gestión financiera y jurídica de la revista;

V. Decidir sobre demás situaciones no previstas en este reglamento.

SECCIÓN III

DE LA COORDINACIÓN DE EDICIÓN

Art. 8º. El Coordinador de Edición será indicado por el Comité Ejecutivo y su mandato tendrá duración de tres años, pudiendo ser reconducido a la función sin límite de mandato.

Art. 9º. El Coordinador de Edición tendrá las siguientes atribuciones:

I. Articular la revista en los procesos de creación, edición y divulgación;

II. Asesorar al Comité Ejecutivo en las decisiones pertinentes;

III. Encaminhar al Comité Ejecutivo decisiones que requieran su dictamen o que no consten en este Reglamento;

IV. Sugerir Editores cuando sea solicitado;

V. Formar parte del Consejo Editorial.

SECCIÓN IV

DEL CONSEJO DE EDICIÓN Y DIVULGACIÓN

Art. 10. El Consejo de Edición y Divulgación está compuesto por el Coordinador de Edición; un Miembro que desempeñará la función de revisor de normalización; un Periodista representando el producto periodístico como noticia; un Revisor de Texto y un Miembro para atender la Computación Gráfica.

Art. 11. Los miembros del Consejo de Edición y Divulgación serán nombrados por el Comité Ejecutivo y sus mandatos tendrán duración de dos años, pudiendo ser reconducidos a las funciones sin límite de mandato.

Art. 12. Son atribuciones del Consejo de Edición y Divulgación:

I. Identificar posibles situaciones que agilicen o impidan la edición y/o divulgación;

II. Proveer al Coordinador de Edición Institucional la información necesaria para la creación, edición y divulgación;

III. Velar para que la edición y publicación de la revista esté de acuerdo con las buenas prácticas relativas a la normalización, revisión ortográfica y gramatical de los textos publicados;

IV. Definir parámetros para las portadas y composición de la revista;

V. Operar el OJS – Open Journal Systems de la Revista, manteniendo actualizada la divulgación de las publicaciones científicas;

VI. Proveer soporte técnico en lo que concierne a la personalización del sistema específico, manteniendo los contactos necesarios con el órgano responsable del Sistema, el Instituto Brasileño de Ciencias y Tecnología – IBICT;

VII. Orientar a los autores sobre la diagramación y composición gráfica de las publicaciones; trámites necesarios para la presentación y envío de trabajos;

VIII. Divulgar a los autores las normas y trámites necesarios para la presentación de los trabajos;

IX. Proponer cambios que apunten al perfeccionamiento y evolución de los procedimientos relativos a la revista, incluyendo sugerencias de mejora en este Reglamento;

SECCIÓN V

DEL CONSEJO EDITORIAL

Art. 13. El Consejo Editorial estará compuesto por el Coordinador de edición y por el Editor en jefe.

Art. 14. El Editor en jefe será indicado por el Comité Ejecutivo y tendrá su mandato definido por tres años, pudiendo ser reconducido a las funciones sin límites de mandatos.

§ 1º. El Editor deberá tener como titulación mínima la de especialista.

§ 2º. De existir necesidad, el Editor podrá indicar uno o más Coeditores, y estos tendrán mandatos con duración coincidente con el del Editor, aun estando en curso.

Art. 15. Son atribuciones del Consejo Editorial:

I. Definir y mantener la política editorial de la Revista Científica Electrónica y fijar los criterios para su ejecución;

II. Establecer y mantener actualizadas las normas para la publicación de los textos de la Revista Científica Electrónica bajo su edición;

III. Proponer ediciones temáticas a ser publicadas;

IV. Acompañar el proceso de edición de cada número de la Revista Científica Electrónica bajo su edición;

V. Comprometerse con la periodicidad de las publicaciones;

VI. Proponer cambios que permitan la mejora y evolución en el concepto “Qualis” de la revista bajo su edición o en este Reglamento;

VII. Identificar y encaminar casos omisos para el buen desarrollo de la revista;

VIII. Definir el modelo de dictamen que será utilizado para evaluación, por el Consejo Consultivo;

IX. Definir dictaminadores para la primera instancia de evaluación;

X. Indicar dictaminadores de la Institución y/o ad hoc para la evaluación de las producciones recibidas;

XI. Captar artículos científicos;

XII. Deliberar sobre la oportunidad de encargar artículos a autores nacionales y/o extranjeros;

XIII. Participar de al menos una reunión anual del grupo de consejeros editores;

XIV. No corresponde al consejo editorial ninguna responsabilidad financiera o jurídica por la revista;

XV. Gestionar, cuando sea el caso, o buscar fomentos, mediante proyecto, apoyos financieros.

SECCIÓN VI

DEL CONSEJO CIENTÍFICO CONSULTIVO

Art. 16. El Consejo Científico Consultivo estará compuesto por personas con competencia técnico-científica y reconocida en las áreas del saber.

Art. 17. Los miembros del Consejo Científico Consultivo serán indicados por los Editores, constituyéndose en un cuerpo específico de consejeros.

Art. 18. El mandato del Consejo Científico Consultivo será de dos años, independientemente de cuándo sus miembros hayan sido incorporados al Consejo, y será reconducido al cargo, dependiendo de su voluntad y de la aprobación del comité ejecutivo.

Párrafo único: En carácter excepcional, cuando el tema del artículo así lo exija, el Editor de la respectiva revista podrá invitar a un profesional especialista en el área específica de conocimiento requerida, externo a la Institución, para complementar el cuadro de dictaminadores designado para tal evaluación.

Art. 19. Son Atribuciones del Consejo Científico Consultivo:

I. Evaluar textos propuestos y emitir dictámenes de acuerdo con lo establecido por el Consejo Editorial de la Revista;

II. Operar el OJS – Open Journal Systems de la Revista, manteniendo actualizada la divulgación de los dictámenes de los trabajos;

III. Emitir y enviar dictamen acerca de la relevancia e ineditismo de los trabajos, así como de la calidad del material enviado para análisis, aprobando el trabajo para publicación, proponiendo modificaciones, recomendando o no su publicación.

§ 1º. Al dictaminador le está reservado el derecho de presentar dictamen favorable condicionado a la reformulación del artículo o trabajo afín, presentar sugerencias para reformulación, así como el derecho de sugerir la edición del texto reformulado, siempre que las eventuales alteraciones no afecten el contenido.

§ 2º. Los dictaminadores deberán presentar una evaluación crítica de los artículos o trabajos afines, resaltando su importancia. En caso de que el dictaminador indique reformulaciones en un determinado trabajo, estas deberán ser señaladas con destaque de párrafos y/o páginas, según corresponda.

§ 3º. En caso de que el artículo o trabajo afín tenga, por un dictaminador, un dictamen contrario, por lo tanto desfavorable a su publicación, corresponderá al Consejo Editorial enviar el material a un tercer dictaminador.

TÍTULO III –

DE LA ORIENTACIÓN EDITORIAL Y DE LA CREACIÓN Y MANTENIMIENTO DE PERIÓDICOS

CAPÍTULO I

DE LA ORIENTACIÓN EDITORIAL

Art. 20. La admisibilidad de un trabajo se hará con base en los criterios de originalidad en el abordaje del tema, relevancia del contenido técnico-científico para el área destinada, la significancia y la contribución científica que el artículo aporta, la claridad y calidad de la redacción, adecuación del marco teórico utilizado, además de la adecuación a las normas establecidas en este Reglamento.

Párrafo único: En carácter excepcional y por deliberación del Consejo Editorial, se aceptarán trabajos ya publicados, siempre que sean de suma importancia para la edición correspondiente.

Art. 21. Todos los artículos enviados para apreciación y evaluación no tendrán identificaciones de autoría personal, tanto para los dictaminadores como de estos para los autores.

Art. 22. La garantía de confidencialidad, respecto de la autoría del artículo en trámite y del análisis de los dictaminadores, es responsabilidad del Cuerpo Editorial, entendido como el Coordinador de Edición Institucional, el Consejo de Edición y Divulgación y el Consejo Editorial.

Art. 23. El dictamen siempre será expresado en: ACEPTAR – cuando sea favorable íntegramente y sin restricciones; CORRECCIONES OBLIGATORIAS – cuando requiera correcciones condicionales para su publicación; SOMETER NUEVAMENTE – cuando las correcciones así lo exijan y que, necesariamente, deba someterse a nueva

evaluación en lugar de la sumisión original; ENVIAR A OTRA REVISTA – este dictamen equivale al dictamen “RECHAZAR”; sin embargo, por sugerencia del dictaminador, podrá enviarse a otras revistas; y, RECHAZAR – en este caso existe total recusación del texto presentado.

§ 1º. Los artículos aprobados con restricciones serán enviados a reformulación a los respectivos autores. En estos casos, el Consejo Editorial se reserva el derecho de rechazar el artículo si las alteraciones propuestas no atienden a las solicitudes hechas por los dictaminadores.

§ 2º. Los trabajos que reciban dictámenes desfavorables a la publicación no admitirán ningún tipo de recurso por parte de sus proponentes.

Art. 24. La Revista Científica Multidisciplinaria RECIMA21 adopta principios rigurosos de ética, transparencia e integridad científica, alineados con las buenas prácticas internacionales de publicación académica. Todos los autores, evaluadores y editores deben observar estándares de conducta basados en la honestidad intelectual, responsabilidad académica y respeto a las normas éticas vigentes.

§ 1º. La revista mantiene una política activa de prevención del plagio y del autoplagio, utilizando herramientas de verificación de similitud y exigiendo originalidad de los manuscritos sometidos. Los trabajos que presenten reproducción indebida de contenido o violación de derechos de autor serán rechazados o, si ya fueron publicados, podrán ser retractados.

Los conflictos de interés deben ser declarados por autores, dictaminadores y editores siempre que existan relaciones personales, institucionales o financieras que puedan influir en la evaluación o interpretación de los resultados. La transparencia de dicha información es condición para la publicación.

§ 2º. La política de retractación prevé la corrección, expresión de preocupación o retirada de artículos cuando se identifiquen errores relevantes, inconsistencias metodológicas, mala conducta científica o información que comprometa la confiabilidad del contenido publicado.

§ 3º. Los artículos se publican en régimen de acceso abierto, mediante una licencia de uso que permite lectura, descarga y compartición, siempre que se cite la fuente y se preserve la integridad de la obra. Los autores mantienen los derechos de autor, concediendo a la revista el derecho de primera publicación.

§ 4º. La RECIMA21 permite el uso de herramientas de inteligencia artificial como apoyo a la investigación y a la redacción científica, siempre que su uso sea declarado

de forma transparente por los autores, permaneciendo estos íntegramente responsables por el contenido, la veracidad de los datos y la originalidad del trabajo.

§ 5. Para garantizar la permanencia y seguridad del contenido científico, la revista adopta políticas de preservación digital y archivado, asegurando la integridad, trazabilidad y disponibilidad continua de los artículos publicados.

SECCIÓN I

DE LA CREACIÓN Y MANTENIMIENTO DE PERIÓDICOS

Art. 25. La creación de un nuevo periódico científico será aceptada, considerando la demanda de producción de la Institución para el área solicitante.

Art. 26. La solicitud deberá ser enviada por el proponente, mediante un proyecto que conste de Título, Área o áreas de alcance, Objetivos, Editor o posibles editores, además de la proposición de asumir la efectivación de cinco trabajos para ser publicados como mínimo.

Art. 27. Se considerarán requisitos básicos para el mantenimiento del periódico:

§ 1º. Publicar más del 50% (cincuenta por ciento) de artículos científicos y/o técnico-científicos, generados a partir de investigaciones originales, no divulgadas en otras revistas;

§ 2º. Poseer alcance nacional e internacional en cuanto a colaboradores, cuerpo editorial y consejo científico consultivo;

SECCIÓN II

DE LA CARACTERIZACIÓN DEL CONTENIDO Y PERIODICIDAD

Art. 28. Son características del contenido y de la periodicidad de la revista:

I. Tener asignación de ISSN – International Standard Serial Number;

II. Adoptar estándares de normalización nacionales o internacionales (ABNT y Vancouver u órgano normalizador similar) que aseguren consistencia editorial, tales como: referencias bibliográficas, citas bibliográficas, resumen, descriptores, datos de afiliación, entre otros;

III. Publicación en formato electrónico, en línea, mediante hospedaje;

IV. Tener acceso irrestricto a las publicaciones, siguiendo el principio de que disponibilizar el conocimiento científico al público proporciona mayor democratización del conocimiento;

V. Permitir la reproducción total o parcial de los contenidos, siempre que se cite la fuente;

VI. Mantener periodicidad regular, con publicación de eventuales números especiales o suplementos, con la finalidad de contemplar anales de eventos técnico-científicos, área objeto de investigación u otra situación que así lo exija, de acuerdo con decisión del Consejo Editorial.

VII. Buscar la heterogeneidad de los asuntos investigados en las áreas del conocimiento, siendo la política editorial abierta a las diversas corrientes de pensamiento de la comunidad educacional y científica;

VIII. Publicación eventual de artículos redactados en más de un idioma, además del portugués;

IX. Incentivar y buscar artículos de autores externos a la Institución, siguiendo las directrices de CAPES en el sentido de que exista el menor número posible de artículos publicados de autoría de la propia Institución;

X. La publicación de artículos en la revista no implicará remuneración a los autores, dictaminadores y miembros del cuerpo editorial, constituyéndose en trabajo eminentemente voluntario, pero pudiendo ser remuneradas sus funciones a partir del momento en que la Revista tenga posibilidad de remunerar tales funciones;

XI. Serán resguardados los derechos de autor conforme a la legislación brasileña vigente;

XII. Se admite la publicación de servicios, productos o instituciones, siempre que sean compatibles con los principios y finalidades de la Revista y que sea aprobada por el Consejo Editorial.

SECCIÓN III

DE LAS CARACTERÍSTICAS DEL EXPEDIENTE DE LA REVISTA

Art. 29. Constarán en el Expediente de la revista:

I. Título de la Revista;

II. ISSN, ficha catalográfica;

III. Cuerpo Directivo;

IV. Cuerpo Editorial de la respectiva Revista Científica Electrónica;

V. Dirección de la sede de la Editorial;

VI. Autor de la Portada;

VII. Revisor responsable;

VIII. Bibliotecario;

IX. Responsable de la Diagramación; y

X. Periodista responsable.

SECCIÓN IV

DE LAS SECCIONES EDITORIALES

Art. 30. La revista presentará sus contenidos en las siguientes secciones editoriales:

I. Editorial: materia bajo responsabilidad del Editor, pudiendo este invitar autoridades nacionales o internacionales para escribirlo;

II. Investigación Original: espacio dedicado a la publicación de trabajos concluidos o con conclusiones parciales en forma de artículo, resultantes de investigaciones originales o de revisión. Los artículos serán inéditos en periódicos de cualquier especie, así como en capítulos de libros (publicados o en prensa). El autor responderá civil y penalmente por la inautenticidad del trabajo enviado, quedando el Consejo Editorial autorizado a retirar la materia cuando así se detecte. Los artículos deben corresponder a las áreas temáticas de las revistas;

III. Reseña: es el trabajo narrativo, descriptivo o disertativo en el que se describen las propiedades de determinada obra, se resume y se presenta su conclusión, su metodología, se expone el marco teórico del autor, se presenta una evaluación de la obra y se indica el público objetivo. Debe ser sintética, interpretativa y crítica. Se trata de un resumen crítico de obras en las áreas de conocimiento de las RCE;

IV. Entrevista: espacio para la publicación de opiniones y/o declaraciones de profesionales en las áreas de conocimiento de las Revistas que involucren cuestiones pertinentes, formuladas de manera sucinta y con respuesta restringida a la pregunta

formulada, con indicación de la persona entrevistada, titulación y resumen de las actividades profesionales;

V. Relato: es la descripción de una experiencia o de la ejecución de un servicio:

a. Relatos de investigación: indagación basada en datos empíricos, utilizando metodología científica;

b. Relatos de casos clínicos: estudios de casos que contienen análisis de las implicaciones conceptuales o descripción de procedimientos con estrategias de intervención, evidencia metodológica apropiada para evaluar la eficacia, de interés para los profesionales del área de la salud.

VI. Estudios teóricos: análisis de contenidos teóricos, considerando los cuestionamientos de los modelos existentes y la elaboración de hipótesis para futuras investigaciones. Especificaciones generales idénticas a las de los relatos de investigación;

VII. Revisión bibliográfica: análisis amplio de literatura sobre un tema de interés para las áreas de conocimiento de las Revistas.

Párrafo Único – El Consejo Editorial podrá crear otras secciones, si así lo considera necesario.

SECCIÓN V

DE LAS INSTRUCCIONES NORMATIVAS A LOS AUTORES Y DEL ENVÍO DE LAS COLABORACIONES

Art. 31. El envío de colaboraciones por los autores deberá atender a las siguientes instrucciones y orientaciones:

I. Los trabajos publicados por la Revista Científica Electrónica deben primar por la seriedad de propósitos y la veracidad de los hechos presentados, revelar sentido crítico y ético, y contribuir al desarrollo de la ciencia y del saber de la sociedad;

II. Todo trabajo debe contener datos del/de los autor(es): nombre completo, título académico, afiliación profesional y correo electrónico, y su envío debe seguir las directrices para autores y normas de publicación disponibles en el sitio web de la revista;

III. Se permitirá la participación de hasta 5 (cinco) autores en un mismo trabajo; sin embargo, se aceptarán trabajos con más autores siempre que se justifique en la

sumisión del artículo. En caso de trabajo con más de un autor, deberán ingresarse en el sistema los datos de coautoría, certificando la participación efectiva de todos;

IV. La publicación de un artículo implica, automáticamente, la cesión integral de los derechos de publicación y derecho de propiedad permanente para la respectiva Revista, debiendo el autor suscribir y enviar, previamente a la publicación, la Declaración de Exclusividad en ese sentido, disponible en el sistema;

V. Todos los trabajos que involucren estudios con seres humanos, incluyendo órgano y/o tejidos aisladamente, así como historias clínicas o resultados de exámenes clínicos, deberán estar de acuerdo con la Resolución CNS 466/2012 y complementarias, que tratan de las Directrices y Normas Reguladoras de Investigaciones Envolviendo Seres Humanos, debiendo contar, en estos casos, con el consentimiento por escrito del paciente involucrado, además de la aprobación por el Comité de Ética y Bioética de Investigación de la Institución, o del servicio, o indicación de adecuación a las determinaciones contenidas en la Declaración de Helsinki.

VI. Las colaboraciones para publicación en la revista pueden enviarse en cualquier momento;

VII. El colaborador podrá publicar, como máximo, dos artículos en un mismo número (edición) de la Revista Científica Electrónica;

VIII. Todos los trabajos publicados representan la opinión de los autores y no reflejan la política de los editores jefes, de su directorio, del cuerpo editorial y de la Institución a la cual el autor está afiliado, a menos que sea declarado y documentado.

IX. La evaluación del mérito de los trabajos enviados para publicación debe atender a las orientaciones emanadas del Consejo Editorial.

X. La sumisión, evaluación y publicación de artículos y demás contribuciones científicas podrán estar sujetas al cobro de una tasa editorial, destinada a cubrir los costos operativos, administrativos y de mantenimiento del periódico. La fijación de los valores, así como su forma de aplicación, competirá a la Dirección Editorial, pudiendo variar conforme la naturaleza de la edición, observados los principios de transparencia, razonabilidad y sostenibilidad financiera de la revista.

CAPÍTULO II

DE LA EVALUACIÓN

Art. 32. Los textos enviados a la revista serán sometidos a, por lo menos, dos dictaminadores designados por el Consejo Editorial de la revista de sumisión;

Párrafo único – Las reseñas serán evaluadas por los miembros del Consejo Editorial, excepto cuando tengan como foco libros que traten asuntos demasiado específicos. En esos casos, podrán ser evaluadas por un profesor miembro del Consejo Científico Consultivo que tenga conocimiento y/o familiaridad con el tema.

TÍTULO IV –

DE LAS DISPOSICIONES GENERALES

CAPÍTULO I

DE LA POLÍTICA DE DIVULGACIÓN

Art. 33. La Coordinación de Edición y Divulgación de la revista hará público el lanzamiento de las ediciones.

Art. 34. La divulgación de los periódicos científicos institucionales en la web se realizará por medio de la inclusión de la portada de la revista.

CAPÍTULO II

DE LAS DISPOSICIONES GENERALES

Art. 35. Los casos omisos de este Reglamento serán atribución del Comité Ejecutivo, oyendo a la Coordinación de Edición Institucional.

Art. 36. Queda prohibida la reproducción de los artículos publicados en la revista en otras publicaciones, o su traducción a otro idioma, sin la autorización, por escrito, del Consejo Editorial.

Art. 37. El presente Reglamento entrará en vigor en la fecha de su aprobación por el Consejo Editorial, que está compuesto por sus Editores Jefes Responsables, derogándose las disposiciones en contrario.

EDITORES JEFES RESPONSABLES

PROF. DR. MARCIO MAGERA CONCEIÇÃO PhD

PROFA. MA. JOELMA TELESI PACHECO CONCEIÇÃO